

As relações entre o governo Lula e os PALOP

Felipe Cabral Malaquias¹

André Matsuno da Frota²

RESUMO

O seguinte trabalho visa analisar o meio pelo qual o Brasil em busca de projeção internacional e em ritmo de crescimento durante o governo Lula (2003–2010) teve como uma de suas políticas a cooperação sul-sul e por ela se aproximou de países africanos, países que passam por problemas sociais, de estrutura de forma geral e que em sua grande maioria ainda enfrentavam os conflitos originados do período como colônia, procurando desta forma o seu direcionamento político e sua organização estatal, o trabalho se limita aos membros do grupo de Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) (Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Guiné Equatorial) sendo que pelo recorte histórico decidido, não haverá menção da Guiné-Equatorial que só teve sua participação no grupo aceita em 2014, será feita a análise de que forma o Brasil impactou esses países, como essa cooperação foi recebida e se desenvolveu. Entre os países africanos de língua portuguesa alguns receberam maior destaque das políticas de cooperação brasileira e assim terão mais destaque no trabalho, o objetivo do trabalho não se dá ao tentar explicar toda a extensão das particularidades sociais de cada um destes países, mas de perceber como as ações brasileiras expandiram as relações bilaterais com estes países e se os objetivos traçados foram alcançados ou em que parte de seu desenvolvimento se encontram.

Palavras-chave: Relações internacionais. Cooperação sul-sul. Governo Lula. Política externa brasileira. PALOP.

¹ Felipe Cabral Malaquias, graduando em relações internacionais pelo Centro Universitário Internacional UNINTER.

² André Matsuno da Frota, graduado em Geografia, especialista em Análise Ambiental e mestre em Ciência Política, professor do Centro Universitário Internacional UNINTER.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem em sua história um grande envolvimento com o continente africano, por ser um país que teve forte mercado escravista conta com uma composição étnica onde 50% de sua população é preta ou parda segundo o censo 2010 (IBGE, 2010). Porém há muito mais, o Brasil foi o último país independente do continente americano a abolir completamente a escravatura, o que gerou o discurso de que há “sentimento de dívida”, sentimento esse que somado ao interesse de se projetar internacionalmente justificou a investida brasileira na cooperação com a África. O Brasil estando abarcado em um momento econômico e politicamente favorável, onde o projeto fome zero reduziu consideravelmente os índices de pobreza extrema no país, programa que foi internacionalmente reconhecido, assim o governo teve como um dos objetivos implantar o mesmo programa em países que sofrem do mesmo problema, somado a isso agiu em busca das cooperações sul-sul como uma opção diversificada ao tradicional norte-sul e assim ter menor dependência do norte global, algo que pode ser visto como um meio de *soft power*. Os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e que fazem parte do continente africano denominados Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), além de se enquadrarem nas similaridades com o Brasil já mencionadas, tem como particularidade terem sido colônias portuguesas e assim contarem com a língua portuguesa, um facilitador da relação de cooperação.

As relações com países africanos têm sua importância recebida no contexto brasileiro inicialmente a partir da década de 1930 “a África é somente lembrada na formação do Brasil quando há a publicação de “Casa-Grande&Senzala” por Gilberto Freyre (1933)”(FINGERMAN, 2012, p. 2) o livro publicado ajudou na criação do vínculo cultural Brasil-África na visão brasileira, as relações com a África e a atenção dada ao continente vinda do Brasil é espaçada e descontínua nos governos que se seguiram após esse período, alguns como o de Vargas e Kubitschek pouca atenção os deram ou até os viram como possíveis barreiras comerciais (FINGERMAN, 2012, p. 2), outros que chegaram a crer em possíveis parcerias quando tinham seus governos sucedidos tinham suas políticas abandonadas, em alguns governos o Brasil apoiou a independência dos países africanos mas por muito não os aceitou e se aliou às ideias salazaristas. Dessa forma

Em diferentes períodos, as ações brasileiras resultaram de uma leitura equivocada das prioridades da política externa brasileira. Essas ações que não levaram em conta os interesses políticos e estratégicos de longo prazo, apenas os interesses econômicos e financeiros imediatos, postergaram a implementação e renovação de projetos bilaterais, bem como o estabelecimento de acordos de cooperação no plano multilateral. (VISENTINI; PEREIRA, Sem data, p. 1)

Portanto a breve contextualização histórica não tem como objetivo limitar toda a historicidade das relações entre Brasil e África e sim exemplificar de forma mais simplificada o impacto das relações iniciadas pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de que forma elas foram inovadoras em sua ideologia, a aproximação brasileira para o continente africano durante o governo Lula seguiu conforme dito por Visentini e Pereira (s.d., p. 4)

Em seu primeiro mandato, o presidente Lula realizou quatro viagens à África: em novembro de 2003, visitou São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul; em junho de 2004, São Tomé e Príncipe, Gabão e Cabo Verde; em abril de 2005, Camarões, Nigéria, Gana, Guiné Bissau e Senegal; e em fevereiro de 2006, Argélia, Benin, Botswana e África do Sul. Dez novas embaixadas foram implantadas e o número de diplomatas no continente africano foi grandemente ampliado. Além de manter o apoio concreto aos processos de pacificação e reconstrução, perdoou a dívida de vários países para com o Brasil, concedeu créditos e assistência em várias áreas.

Iniciativa que posteriormente trouxe aproximação política, ideias de cooperação, abertura de embaixadas e também abriu mercados para o Brasil, de forma que empresas brasileiras puderam se instalar em territórios africanos sendo esse um dos objetivos do governo inicialmente, resultando no que pode ser dito como cooperação sul-sul um conceito que tem sua fundamentação em

A CSS fundamenta-se no pressuposto de que países em desenvolvimento podem e devem cooperar uns com os outros a fim de garantir reformas políticas da governança global (FMI, Banco Mundial, ONU) e resolver os seus próprios problemas econômicos e sociais com base em identidades compartilhadas (ex--colônias, *status* econômico, experiência histórica, etc.), esforços comuns, interdependência e reciprocidade. Isso significa afirmar que a CSS pres-supõe uma geopolítica e uma geoeconomia do mundo que não sejam exclusivamente a expressão das prioridades do Ocidente. (MILANI; CARVALHO, 2013, p. 5)

Em conjunto com a ideia do que seria a cooperação sul-sul o Brasil agiu de forma que, como mencionado por Almeida (2016, p. 1) seguia um:

Contexto que aglutinava diversos interesses brasileiros à cooperação foi separado por um discurso governamental de desinteresse econômico, que afirmava as diretrizes da cooperação brasileira a partir da solidariedade entre os países do Sul, da não imposição de condicionalidades e do respeito à soberania do país parceiro.

As parcerias brasileiras advêm principalmente dos setores de cooperação técnica, agricultura e saúde, assim se diferem das demais ajudas que o continente recebe justamente por tentar desvincular os países africanos da dependência do recebimento de doações internacionais, tentando assim capacitar à população local e sua capacidade de produção.

Considerando que cada um dos países da PALOP tem o mais variado grupo de particularidades e que a mais relevante característica semelhante entre eles foi o colonialismo português o trabalho terá foco em quais as principais iniciativas brasileiras para cada membro e de que forma se dá sua relação com o Brasil, sobre a visão do que foi definido pelo IPEA como o objetivo da cooperação brasileira:

Essa cooperação é inspirada no conceito de *diplomacia solidária*, na qual o Brasil coloca à disposição de outros países em desenvolvimento as experiências e conhecimentos de instituições especializadas nacionais, com o objetivo de colaborar na promoção do progresso econômico e social de outros povos. Ao prover cooperação técnica, o Brasil tem particular cuidado em atuar com base nos princípios do respeito à soberania e da não intervenção em assuntos internos de outras nações. Sem fins lucrativos e desvinculada de interesses comerciais, a cooperação técnica horizontal do Brasil pretende compartilhar nossos êxitos e melhores práticas nas áreas demandadas pelos países parceiros, sem imposições ou condicionalidades políticas. O objetivo último do Brasil é o desenvolvimento integral dos parceiros, que impulse mudanças estruturais em suas economias, levando a um crescimento sustentável que garanta, igualmente, inclusão social e respeito ao meio ambiente. (IPEA 2010, PG 32 e 33)

O estudo se fez baseado em uma pesquisa bibliográfica sobre autores que já retrataram o assunto, onde foi realizada uma revisão da literatura, formando uma sintetização do que já foi abordado, construindo questionamentos e assim uma conclusão relacionada ao assunto, o ponto de vista abordado é pelo qual discurso se iniciou a iniciativa de cooperação sul-sul e que direcionamento essa mesma tem, acrescido de um método comparativo, onde as realidades diferentes são apresentadas e assim é possível perceber como cada relação demonstrou um Brasil diferente a cada país africano.

2 O BRASIL E OS PALOP, RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO

2.1 MOÇAMBIQUE

Entre os países que podemos considerar os Grandes PALOP temos Angola e Moçambique, ambos com as maiores interações brasileiras de cooperação, países que contam com a vantagem de ter grande território, assim conseguindo uma variedade maior na fomentação de bens econômicos, com esse leque mais amplo de possibilidades acabam se tornando alvo de grandes grupos de interesse, principalmente por terem boa diversidade de minerais para extração e mercado a ser explorado.

Moçambique recebe do Brasil uma atenção especial como destino de investimento, um dos projetos que mais exigem esforços entre os governos é o Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical ou ProSavana, que surgiu baseado pela ideia de desenvolver em Moçambique uma política semelhante à que foi feita no cerrado brasileiro pelo Projeto Nipo-Brasileiro para o desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) criado em parceria com o Japão, com o objetivo de aumentar a produção agrícola da região, área que tem dificuldades derivadas do clima e solo considerados impróprios para a agricultura. Em sua estruturação o projeto abrange um tema deveras interessante, que pode criar uma nova opção a Moçambique, uma produção agrícola criada em uma área mal utilizada que carrega dificuldade de produção pode ser um degrau no desenvolvimento, observando que o país mantinha em 2008 um índice o qual 54,7% de sua população abaixo do nível da pobreza (World Bank, 2017), considerando essas informações pode-se supor que o ProSavana auxiliaria o país no aumento de sua produção e conseqüentemente poderia beneficiar sua população no combate à fome.

O projeto foi dividido em três etapas diferentes projeto de investigação, plano diretor e projeto de extensão e modelos, começando com o projeto de investigação onde tivemos o envolvimento da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMPRAPA), essa etapa do projeto se dedicou ao estudo geográfico da região, a sociedade de pequenos agricultores e os impactos que estes receberiam, além também dos impactos econômicos e sociais, a

forma da gestão territorial e os sistemas de produção. A segunda etapa, o plano diretor ficou sobre a responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV) através de licitações e a terceira etapa enfrenta dificuldades para sua efetivação, dependente das etapas anteriores. A área de implantação do projeto fica na região conhecida como corredor de Nacala, local típico de agricultura familiar com foco na agricultura de subsistência, o projeto recebeu diversas críticas da população local, principalmente pelo que os mesmos definem como uma imposição das grandes empresas agrícolas, a União Nacional de Camponeses (UNAC) se coloca em oposição à implantação do projeto ProSavana, e definiram a seguinte declaração:

O ProSavana é resultado de uma política que vem do topo para a base, sem no entanto levar em consideração as demandas, sonhos e anseios da base, particularmente dos camponeses do Corredor de Nacala; Condenamos veementemente qualquer iniciativa que preconize o reassentamento de comunidades e expropriação de terra dos camponeses, para dar lugar à mega projectos agrícolas de produção de monoculturas (soja, cana-de-açúcar, algodão etc.); Condenamos a vinda em massa de agricultores brasileiros que se dedicam ao agronegócio, transformando camponesas e camponeses moçambicanos em seus empregados e em trabalhadores rurais; Notamos com enorme preocupação que o ProSavana demanda milhões de hectares de terra ao longo do Corredor de Nacala, porém a realidade local mostra a falta de disponibilidade dessas extensões de terra, visto que a mesma é usada por camponeses com recurso à técnica de pousio. (UNAC, 2012)

Entre os impactos apontados pela UNAC (UNAC, 2012) está o surgimento de sociedades sem terra, convulsões sociais, empobrecimento das comunidades rurais, conflitos de interesse, poluição de recursos hídricos pelo uso de pesticidas e fertilizantes em excesso, desequilíbrio ecológico devido ao desmatamento de grandes áreas florestais.

O que se sentiu foi a falta de percepção dos problemas que o próprio Brasil sentiu em seu projeto junto ao Japão, a cultura latifundiária, os conflitos sem-terra, onde se tem muita terra na mão de poucos, há muitas controvérsias sobre o programa e em 2016 foi encerrada sua primeira etapa, como ainda há demasiados conflitos envolvendo o tema, o que se vê foi uma estagnação nas etapas seguintes oriunda dos pedidos de transparência. Assim, as possibilidades do programa, se destinadas a inclusão do pequeno agricultor, no desenvolvimento da infraestrutura da região e na soberania alimentar, podem trazer resultados favoráveis ao país como um todo, porém se focada exclusivamente na exportação de *commodities* a abrangência de seu impacto será reduzida e as massas que poderiam se beneficiar, que por sinal são

as que mais precisam, continuarão como o grupo desfavorecido e sem apoio, algo que aparentemente já ocorre no país pela definição dada por Mark Lundell, Diretor do Banco Mundial em Moçambique

“O crescimento robusto que o país registou nos últimos tempos beneficiou principalmente os não-pobres, assinalando uma fraca inclusão no modelo de crescimento económico atual,” “O país precisa enveredar por políticas públicas e investimentos focados para a inclusão social e económica” (World Bank, 2016)

O segundo projeto de cooperação destinado a Moçambique a ser analisado, é o projeto da fábrica de medicamentos antirretrovirais que foi escolhido pelo fato de doenças como o HIV e a AIDS estarem entre um dos maiores problemas enfrentados pelo país e tinha como objetivo tornar Moçambique autônoma no combate às doenças, criando uma fábrica de produção de remédios com os parâmetros internacionais estabelecidos e com moçambicanos capacitados tecnicamente para produzir (ALMEIDA, 2016). O projeto é portanto, um destaque, por ser uma cooperação na área da saúde em que os envolvidos são: um deles referência internacional no combate à doença, o Brasil e o outro um dos dez países mais afetados pela doença, Moçambique, que para a totalidade do país, a taxa de prevalência do HIV/AIDS era, no ano 2000, de 13,6% (RAIMUNDO, 2011, p. 2, apud Grupo Técnico Multisectorial de Apoio a Luta Contra o HIV/SIDA, 2003). A companhia responsável pela formação dos moçambicanos e também responsável pela estruturação técnica da fábrica é a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), a planta e as obras de instalação ficaram por parte do governo moçambicano, a localização da fábrica fica na província de Maputo, cidade da Matola, capital do país, a construção da fábrica resultou na primeira fábrica de fármacos pública de Moçambique. O projeto atinge um ponto muito importante para Moçambique, atingindo um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento do país. Também recebeu apoio da empresa brasileira Vale em 2008 e tal acontecimento veio anteriormente à mesma adquirir uma área na região da província de Tete, a mina de carvão Moatize, a qual atraiu duras críticas. O projeto da fábrica de antirretrovirais em muitos momentos deixaram incertezas, no envolvimento da Vale e após os ocorridos da mina de carvão e também sobre a possibilidade do governo moçambicano vender a fábrica ou privatizá-la, apesar disso, em 20/11/2012 a fábrica concretizou a primeira remessa do

antirretroviral Nevirapina 200mg e hoje a fábrica coopera também no combate da hanseníase e no estudo do *Aedes aegypti* (FIOCRUZ, 2016).

Junto à cooperação brasileira, algumas empresas tiveram a possibilidade de se expandir em território africano, um dos casos mais polêmicos dessa aproximação foi a aquisição da mina Moatize pela Vale, caso no qual houveram diversas denúncias de que a Vale desapropriou várias famílias de suas casas para a criação da linha férrea Moatize – Nacala, linha férrea que atendia primeiramente à necessidade da mineradora de carvão e parcialmente coopera no transporte dos bens produzidos pelo Prosavana. A empresa em sua ação realizou a transferência de diversas famílias que tinham como sustento a agricultura de subsistência.

Para dar início às operações da mina, a Vale pôs em marcha, em 2009, um programa de reassentamento das famílias residentes nas cidades/aldeias de Chipanga, Bagamoyo, Mithete e Malabwe (ou nas suas proximidades) para os assentamentos de Cateme e 25 de Setembro. De novembro de 2009 a abril de 2010, 717 famílias foram reassentadas em Cateme, a 40 km da vila de Moatize. (SOUZA, 2016, p. 2)

As famílias em geral vindas de aldeias, alegam que as condições das terras dos assentamentos não lhes dão a condição do plantio por falta de água constantemente, a promessa do desenvolvimento que foi trazida pela Vale não cooperou com a sociedade que em alguns casos nem foi devidamente indenizada pela perda de suas casas, a distância de 40 km impede a população de utilizar da parte urbana de Moatize e conseguir realizar suas atividades complementares conforme dito por Souza (2016, p. 2 e 5)

[...] O caso de Moatize é emblemático porque põe em evidência a situação de vulnerabilidade enfrentada pelas populações deslocadas por projetos de desenvolvimento [...] Na maioria dos casos, os afetados são minorias étnicas, populações indígenas ou comunidades tradicionais, isto é, grupos empobrecidos e sem capacidade de influir na agenda governamental, que são obrigados a arcar com os custos do desenvolvimento do qual não se beneficiarão.

Aqui chegamos a outro impasse, os acordos ditos feitos com a sociedade, geralmente carecem de documentação que os comprove, a situação de forma geral gera o desconforto e a desconfiança do real interesse brasileiro na região, o que mostra uma cooperação com problemas de definição de interesse.

2.2 ANGOLA

O Segundo grande PALOP a ser analisado é Angola, que teve o seus laços estabelecidos segundo os contextos atuais e contemporâneos em 1975 com o reconhecimento por parte brasileira de Angola como um país independente (CALICH, 2015, p. 39) O grupo que representava o governo do país era o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e o Brasil estabeleceu apoio a este mesmo grupo, o que fortaleceu a empatia entre os países, em 1980 quando foi feito o que pode ser considerado o primeiro acordo de cooperação entre estes dois países o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica (ABC, 2017), Angola passava por um momento pós-colonial onde os dois principais grupos que lutaram pela independência tinham ideologias diferentes para o país, disso teve origem uma guerra civil que se estendeu de 1975 a 2002. Com o fim da guerra civil somado ao início do governo Lula, que buscava aproximação com a África, deu-se então o período de maior aproximação entre os países, com duas visitas do presidente Lula ao país em 2003 e 2007 e uma do presidente angolano ao Brasil em 2010(CALICH, 2015, p. 40), vale ressaltar que

Angola é um dos maiores parceiros comerciais do Brasil na África. Entre 2002 e 2008, a corrente de comércio bilateral cresceu mais de vinte vezes, chegando a US\$ 4,21 bilhões. O Brasil é um dos principais parceiros comerciais de Angola e muitas empresas brasileiras de construção civil têm escritório em Luanda. A linha de crédito concedida pelo BNDES a Angola nos últimos anos constitui eficiente mecanismo de apoio à consolidação da presença do Brasil naquele mercado. (ITAMARATY, 2017)

A diferença do tipo de cooperação prestada entre Brasil – Moçambique e Brasil – Angola é que Angola é um país que conta com muito mais independência de ajuda como dito por Waisbich et al. (2016, p. 8)

Diferentemente de outros países africanos com os quais Brasil coopera, Angola não é economicamente dependente da ajuda externa (e da tradicional Ajuda Oficial ao Desenvolvimento - AOD). Com Angola, muito da cooperação para o desenvolvimento – sobretudo dos chamados “novos prestadores”, como o Brasil - tem sido permeada pela natureza mesma do modelo de desenvolvimento angolano e de sua dependência do petróleo.

Entre as cooperações, o foco em geral é em cooperação técnica na área de saúde, defesa e educação, derivada da cooperação na área de saúde temos o Projeto Piloto em Doença Falciforme, que foi iniciado em 2010 e objetiva reduzir a taxa de

morbimortalidade pela doença falciforme em Angola, com isso implantar a tecnologia necessária para elaboração de diagnóstico e fortalecimento das capacidades técnicas para o tratamento. No período de 22 a 26 de Agosto de 2016 o projeto foi avaliado positivamente com a formação de 13 profissionais da área da saúde de Angola, também houve a realização do simpósio Angola-Brasil para consolidação das experiências na área onde 80 profissionais participaram. Devido ao sucesso da cooperação, estuda-se uma fase II do projeto (Portal da saúde, 2016) O apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária, desenvolvido pela Secretaria de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde-SVS/MS e a Formação de Docentes em Saúde Pública em Angola, onde há a participação da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) com o Ministério da saúde de Angola na formação de profissionais na área da saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

Entre os projetos de cooperação que abrangem as demais áreas, temos: apoio à reestruturação do telecentro de Luanda que visou à inclusão digital da comunidade de Cazenga, capacitação para elaboração de reforma curricular, que apoiou na formulação da reforma curricular em Angola e o projeto Escola de todos que buscou fortalecer o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no sistema de ensino angolano. (ABC, 2009)

Dentro dos projetos na área de defesa, há o projeto para cooperação sobre o poder naval de Angola o PRONAVAL que foi assinado em 2014 mas atendendo aos propósitos do acordo de cooperação do Brasil e Angola, este de 2010. (BRASIL, 2014)

A relação Brasil e Angola é ampla e diversificada, presente nos mais diversos setores, ao todo em sua história de cooperação diversos acordos foram assinados, mas a área onde mais se vê os impactos brasileiros, são na Infraestrutura e energia, considerando a guerra civil que o país passou, que por sinal foi muito agressiva, a reestruturação se viu necessária. E como dito por Calich(2015, p. 45) utilizaram-se de uma tríade de cooperação comum, sendo ela composta pelo setor público brasileiro, setor privado brasileiro e setor público angolano, assim houve a implantação das empresas privadas brasileiras em Angola, focadas no processo de reestruturação e como base financiadora desses vem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social(BNDES). Entre as variadas empresas que se instalaram no país, temos como pioneira a Odebrecht em 1984, que desenvolveu trabalhos em hidroelétricas do país e em outras diversas obras estruturantes, em 2012 a empresa

havia se consolidado como a segunda maior geradora de empregos do país (CALICH, 2015, p. 45).

Ainda na área de criação de infraestrutura várias empresas se instalaram em Angola, dentre elas: Andrade Guterrez, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão, Engevix, Fidens, Asperbras, Stefanini e Embraer. (CALICH, 2015, p. 46) Na área de mineração a Vale está presente desde 2005 em uma *Joint Venture* com a empresa Genius (antes denominada Engevix Angola) e na área petrolífera temos a implantação da Petrobrás que em parceria com a estatal angolana Sonangol tem projetos para desenvolvimento de biocombustíveis e atua na exploração de petróleo em plataformas marítimas.

A maior atenção dada pelo governo Lula à África como um todo e especificamente neste momento a Angola, gerou um desenvolvimento considerável na relação Brasil-Angola, além da instalação de diversas empresas brasileiras, as políticas de cooperação estabelecidas, por mais que sejam menores em proporção do que as destinadas a Moçambique, alcançam uma taxa de sucesso de maior escala.

2.3 OS PEQUENOS PALOP

Tratando os diferentes conforme suas diferenças, o grupo seletivo dos Pequenos PALOP é formado por: Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. E foram separados por terem a peculiaridade de uma área geográfica menor e uma economia menos diversificada, além disso como dito por Rizzi (2012, p. 11)

Em relação às diferenças entre esses dois grupos de países lusófonos, pode-se refletir sobre as dimensões geográficas, mais favoráveis ao primeiro grupo, possibilitando um desenvolvimento econômico mais sustentado, a médio e longo prazo, com fartura de recursos minerais e uma agricultura não tão dependente do clima e relevo como ocorre nos três Pequenos PALOP.

É preciso primeiramente entender, que Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe estavam em momentos governamentais instáveis no recorte escolhido e também cada um dos três países dos pequenos PALOP representavam uma aproximação diferente e em estágios diferentes com o Brasil, o que de certa forma os deixou em situação na qual a cooperação não teve o mesmo direcionamento e impacto. Vale ressaltar também que o Brasil agiu como facilitador em vários momentos sensíveis de Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, com dificuldades políticas, tentando cooperar para que os mesmos encontrassem a estabilidade e a paz em seus

governos, além das notas e do auxílio diplomático que o governo brasileiro enviou em momentos críticos da política, a exemplo, em Guiné-bissau segundo Rizzi (2012, p. 234)

Para a realização do pleito presidencial de 19 de junho de 2005, foram enviadas, em forma de empréstimo, aproximadamente 750 toneladas de equipamentos de informática e doação de 25 computadores à Comissão Nacional de Eleições e no apoio técnico, com uma equipe composta por seis integrantes do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, que auxiliou na supervisão da realização das eleições.

No processo de cooperação à elaboração do pleito presidencial, o cadastro dos eleitores foi o que baseou a construção de um documento de identificação no país, fato importante para a construção da base de cidadãos do mesmo.

Entre os projetos de cooperação, um dos que mais teve seu desenvolvimento, foi a cooperação educacional, nelas se enquadram o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), que conseguiu estabelecer grande base de alunos

O Programa tem como objetivo educar futuros formadores de opinião e potenciais líderes. Entre 2000 e 2015, foram selecionados 6.761 alunos de países africanos (77% do total de alunos estrangeiros do PEC-G). O maior contingente provém de Cabo Verde (2.933 alunos) Há ainda o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), que completa 34 anos em 2015. Ex-alunos do Programa ocupam atualmente altos cargos em seus países de origem, com destaque para o Primeiro-Ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, além de Ministros de Estado em Moçambique e Guiné-Bissau. (JORGE, 2015, pg. 56)

Projetos esses que como cooperação trazem resultados para os dois lados do atlântico, como dito por Rizzi (2012, pg. 215)

Sobre o custo, entende-se que a infraestrutura física pré-existente no Brasil, em programas e instituições de ensino já determinadas, por meio de recursos humanos pré-existent criam essas vagas automaticamente; sobre o benefício, fica clara a divulgação do sistema de educação brasileiro, por meio de troca de informações e tecnologias e a consequente disseminação de uma imagem positiva do Brasil nos países originários desses estudantes.

Ainda no âmbito educacional, “Em parceria com a ABC, o SENAI implantou 10 centros de ensino profissionalizante. Cinco foram criados na África Subsaariana (em Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe)”; em São Tomé e Príncipe o SENAI cooperou “na criação de um Centro de Formação

Profissional de referência com cursos na área de construção civil, eletricidade, costura, mecânica e informática. Essa iniciativa também servirá de apoio à “formação de formadores” para instrutores e gerentes.”; em Cabo Verde “prestou apoio à criação do Centro Nacional de Formação Profissional de Praia. Até o momento, seis cursos estão sendo oferecidos pelo centro: metalurgia, alimentos, eletricidade, encanamento, construção civil e TI”; e em Guiné-Bissau por meio do centro de formação profissional de Guiné-Bissau “o centro oferece cursos em construção civil (construção geral, telhado, pintura, encanamento, ladrilhos e cerâmica, etc.); instalações elétricas; costura industrial; conserto de eletrodomésticos; consertos de sistemas de ar-condicionado; manutenção e conserto de computadores; padaria; e metalurgia”(BRASIL, 2011).

Em outras áreas, cabe destaque ao apoio político brasileiro para que Cabo Verde conseguisse entrar na OMC, esse que conseguiu seu ingresso em 23 de julho de 2008, fortalecendo ainda mais a relação entre esses países e alcançando ao longo do governo Lula, marcos importantes, como por exemplo:

De 2003 a 2010, foram assinados vinte e um (21) Acordos ou Ajustes entre os dois países, mostrando uma aceleração do relacionamento bilateral. Em suas visitas àquele país, o Presidente Lula demonstrou interesse e atenção às demandas, por meio da assinatura de documentos, no desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população cabo-verdiana. (RIZZI, 2012, pg. 226)

Entre outras atividades de grande relevância ao grupo dos pequenos PALOP, pode-se destacar, o Brasil presidir a Configuração Guiné-Bissau da Comissão de Consolidação da Paz (CCP) das Nações Unidas, e em São Tomé e Príncipe a cooperação técnica como eixo central no relacionamento entre os dois países, envolvendo iniciativas nas áreas de educação, saúde, informatização do Governo local, agricultura, alfabetização de adultos, defesa, infraestrutura urbana, polícia, prevenção e controle do HIV/AIDS e previdência social. (ITAMARATY, 2017)

O Brasil desenvolveu durante o governo Lula uma variação ampla de atividades de cooperação com estes que são denominados pequenos PALOP, sendo Cabo Verde um país que buscou a cooperação com o Brasil e procurou sua consolidação como parceiro, Guiné-Bissau um país que ainda não havia estabelecido uma política estável e que contou com a cooperação brasileira para tal, e por fim, São Tomé e Príncipe que somava as características dos dois anteriores e além do apoio político procurou buscar a visão brasileira para seu território.

Em suas relações comerciais, em geral os pequenos PALOP consomem produto produzido no Brasil, porém em sentido oposto, o Brasil não importa nada relativamente expressivo dos pequenos PALOP, o que faz suas relações comerciais serem envolvidas em transações pontuais e não constantes.

A busca desse tipo de cooperação pelo lado brasileiro veio da já mencionada busca por projeção internacional e pelo lado dos pequenos PALOP por verem no Brasil um exemplo de parceria saudável.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre todos os países analisados é fácil a percepção de que a iniciativa de cooperação sul-sul, cumpre com parte daquilo que é proposta, criando novas possibilidades, dando espaço para a inserção internacional, desenvolvendo novos laços entre países que têm similaridades em um contexto global, na forma em que se originaram e tiveram suas relações, as iniciativas brasileiras para a manutenção da paz, o auxílio à democratização desses países, as iniciativas de combate ao HIV/AIDS e todo o apoio técnico para formar aquilo que pode ser a base destas sociedades, todo esse movimento é válido e cria o que podemos denominar como “pontes sobre o atlântico” (BRASIL 2011). Mas por outra perspectiva, é claro que todo país para que conclua seu desenvolvimento irá precisar de novos mercados, mas o que vale atenção é até onde a internacionalização de suas empresas, como a ação destas mesmas empresas irão refletir, o quanto da parte de inserção realmente traz resultados de médio e longo prazo, para ter o cuidado de não repetir o tipo de política que no futuro irá afastar povos e ferir governos, vale uma análise da cooperação que é feita, e assim, como dito por Milani e Carvalho (2013, p. 22)

Implica conhecer a realidade dos países em que os projetos de CSS estejam em curso, pensar seus impactos também na perspectiva do “outro” que é beneficiário da cooperação prestada, ou seja, do moçambicano, do angolano, do queniano, etc. Nesse sentido, é importante acompanhar o monitoramento sendo realizado por organizações da sociedade civil e movimentos sociais sobre as estratégias de CSS, a exemplo dos movimentos dos Atingidos pela Vale.

Os programas brasileiros que foram importados a Moçambique, um país que ainda não havia conseguido se estabelecer completamente, possuem contradições, as quais invés de o ajudarem como forma de cooperação, recriaram problemas que

já foram vistos no Brasil, portanto, os vícios dos projetos nacionais não estão sendo corrigidos antes da exportação e a cooperação acaba se tornando um entrave na imagem do Brasil cooperador, que fica manchado por carregar em seus projetos o interesse em internacionalizar suas empresas, utilizar do discurso da amizade para a extração dos recursos dos outros países e pela venda de seu sistema agroexportador. Como país cooperador, o que deve ser analisado não é o interesse corporativo de seu país, mas sim o interesse de não reproduzir um sistema que remeta ao que esses países há tanto tempo colonizados já passaram, a exemplo do que foi dito por Milani e Carvalho (2013, p. 23) “deveriam atentar para os riscos de reprodução de um tipo de experiência (a cooperação “*top-down*”, “colonizadora”, não participativa, etc.) que eles próprios criticaram no passado recente.”.

E por fim, construir pontes entre as nações que tanto tem semelhanças históricas, não abandoná-las, estabelecendo uma política internacional que se molde conforme as mudanças globais mas não abandonando seus objetivos para tal.

REFERÊNCIAS

ABC. *Agência Brasileira de Cooperação*. 2017. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>> Acesso em: 12 jul. 2017.

ALMEIDA, Elga Lessa de. *ENTRE O DISCURSO SOLIDÁRIO E A AÇÃO PRAGMÁTICA DA COOPERAÇÃO BRASILEIRA EM MOÇAMBIQUE: os casos dos projetos de implantação da fábrica de medicamentos antirretrovirais e o ProSavana*. Caderno Crh, Salvador, v. 29, n. 76, p.53-68, abr. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-49792016000100004>.

BRASIL. IPEA; BANCO MUNDIAL. . *PONTE SOBRE O ATLÂNTICO: Parceria Sul-Sul para o Crescimento Brasil e África Subsaariana*. Brasília, 2011. 150 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. 2014 . Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2014/mes09/memorando_de_entendimento_brasil_angola.pdf> Acesso em: 14 jul. 2017

CALICH, Ana Paula de Mattos. *O IMPACTO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL NOS PAÍSES PERIFÉRICOS: UM ESTUDO SOBRE A PRESENÇA DO BRASIL EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE*. 2015. 79 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

FONSECA, João Moura M. da; ESTEVES, Paulo Luiz M. L.; GOMES, Geovana Zoccal. *Brazilian Health and Agricultural Cooperation in Angola: An overview*. Brics Policy Center: Centro de Estudos e Pesquisas. Rio de Janeiro, p. 21-31. abr. 2015.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. *Monitoramento do Aedes: Fiocruz capacita especialistas de Moçambique*. 2016. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/monitoramento-do-aedes-fiocruz-capacita-especialistas-de-mocambique>> Acesso em: 18 jul. 2017.

FINGERMANN, Natalia N.. *ÁFRICA PARCEIRA DO BRASIL ATLÂNTICO: RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL E DA ÁFRICA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI*. Século XXI, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p.129-133, jun. 2012. Disponível em: <<http://seculoxxi.espm.br/index.php/xxi/article/view/46/0>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

GARCIA, Ana; KATO, Karina. *POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERESSES PRIVADOS: uma análise a partir do Corredor de Nacala em Moçambique*. Caderno Crh, [s.l.], v. 29, n. 76, p.69-86, abr. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-49792016000100005>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

ITAMARATY. *Ministério das Relações Exteriores*. 2017. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4817-republica-de-angola>> Acesso em: 08 jul. 2017.

IPEA. *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005- 2009*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / Agência Brasileira de Cooperação, 2010. P. 32 e 33.

JORGE, Nedilson Ricardo. *Relações Brasil-África: Panorama Geral*. Cadernos de Política Exterior, Brasília, v. 2, n. 1, p.41-62, out. 2015. Semestral.

LOBO, V.. *Brasil e Guiné-Bissau: possíveis afinidades históricas numa modernidade periférica*. Estudos de Sociologia, Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 2, jan. 2015. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/386>>. Acesso em: 19 Jul. 2017.

MARQUES, Joseph; SPANAKOS, Anthony. *South-South relations and the English School of International Relations: Chinese and Brazilian ideas and involvement in Sub-Saharan Africa*. Revista Brasileira de Política Internacional, [s.l.], v. 57, n. , p.138-156, 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400209>.

MILANI, Carlos R. S.; CARVALHO, Tassia C. O.. *Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano*. Estudos Internacionais, [s.l.], v. 1, n. 1, p.11-35, jan./jun. 2013.

MUÑOZ, Enara Echart. *A COOPERAÇÃO SUL-SUL DO BRASIL COM A ÁFRICA*. Caderno Crh, [s.l.], v. 29, n. 76, p.9-12, abr. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-49792016000100001>.

MUÑOZ, Enara Echart; CARVALHO, Tássia Camila de Oliveira. *A COOPERAÇÃO SUL-SUL BRASILEIRA COM A ÁFRICA NO CAMPO DA ALIMENTAÇÃO: uma política coerente com o desenvolvimento?*. Caderno Crh, [s.l.], v. 29, n. 76, p.33-52, abr. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-49792016000100003>.

PORTAL DA SAÚDE. *Ministério da Saúde*. 2016. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/aisa/noticias-aisa/25412-saude-conclui-projeto-em-doenca-falciforme-com-governo-angolano>> Acesso em: 25 jun. 2017.

Rádio Nacional. *Programa de rádio “Café com o Presidente”*, com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/programa-cafe-com-o-presidente-1/2010/12-07-2010.pdf/view>> Acesso em: 29 abr. 2017.

RAIMUNDO, Inês M.. *Migração e HIV/SIDA em Moçambique: Desafios da região centro de Moçambique*. GEOUSP: Espaço e Tempo (Online), São Paulo, n. 29, p. 43-55, dec. 2011. ISSN 2179-0892. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74204>>. Acesso em: 19 jul. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2011.74204>

RIZZI, Kamilla Raquel. *A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (1974/2010)*. 2012. 301 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *The new Africa and Brazil in the Lula era: the rebirth of Brazilian Atlantic Policy*. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 53, n. spe, p. 169-182, Dec. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 jul. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292010000300010>.

SENS, Diogo Filipe. *A Política Externa Brasileira para a África durante o governo Lula (2003-2010): a cooperação internacional em prol da segurança alimentar*. 2014. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SOUSA, Maria Eduarda de Andrade e. *A exploração mineira e o reassentamento forçado em Moçambique: Uma reflexão sobre a situação dos deslocados do desenvolvimento*. Remhu: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, [s.l.], v. 24, n. 47, p.204-209, ago. 2016. FapUNIFESP (SciELO).

UNAC. *Pronunciamento da UNAC sobre o programa ProSavana*. 2012. Disponível em: <http://www.unac.org.mz/index.php/documentos-de-posicao/38-pronunciamento-da-unac-sobre-o-programa-prosavana> Acesso em: 28 jun. 2017.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *ÁFRICA E AS POTÊNCIAS EMERGENTES: O SUL E A COOPERAÇÃO PROFANA*. Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais, [s.l.], v. 3, n. 5, p.41-68, jan./jun. 2014.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *A política africana do governo Lula*. S. d. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2017.

WAISBICH, Laura Trajber et al. *Angola e Brasil: operacionalizando o conceito de cooperação sul-sul?*. Observatório Brasil e O Sul. [s.l.], p. 1-26. jan. 2016.

World Bank. 2017. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.NAHC?locations=MZ> Acesso em: 19 jul. 2017.

World Bank. 2016. Disponível em: <http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2016/12/21/mozambique-report-discusses-poverty-trends-and-recommends-way-forward> Acesso em: 19 jul. 2017.